

3º SIMULADO
ONLINE

Simulados PARA INSS

CARGO: TÉCNICO

Equipe de Professores envolvidos no
3º simulado do INSS.



**RACIOCÍNIO
LÓGICO**
Prof. Thiago Pacífico



**DIREITO
CONSTITUCIONAL**
Profª Malu Aragão



**DIREITO
ADMINISTRATIVO /
REGIME JURÍDICO
ÚNICO**
Profª Lidiane Coutinho



INFORMÁTICA
Prof. Carlos Viana



**PORTUGUÊS /
REDAÇÃO OFICIAL**
Prof. Eli Castro



ÉTICA
Profª Leonides Mendes



**DIREITO
PREVIDENCIÁRIO**
Prof. Leandro Macêdo

Acompanhe o Prime nas redes sociais:



facebook.com/cursoprimeoficial



@cursoprimeoficial



@curso_prime_

cp CURSO
PRIME

Rua Maria Tomásia, 22 - Aldeota

(85) 3208.2222

CONCLUÍDO



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Agência
Santa Luzia

RACIOCÍNIO LÓGICO PARA O INSS

TÉCNICO

100% CESPE

Total de 210 questões

Carga Horária: 40 horas

Curso atualizado com questões de 2014 e 2015

Curso disponível por um ano.

Valor Promocional

R\$ 70,00

ADQUIRA JÁ, ACESSE: WWW.THIAGOPACIFICO.COM.BR



Thiago Pacífico
Cursos Preparatórios

Acesse nossas redes sociais:



Facebook
Thiago Pacífico IV



Instagram
@thiagopacifico



youtube.com/
profthiagopacifico

AULÃO DA APROVAÇÃO

INSS

DATA: 14/05 (sábado)

INFORMAÇÕES SOBRE O CURSO

Aulão de exercícios
Horário: 8h às 18h

ALUNOS PRIME

R\$ 40,00

Até o dia 13/05, após a
data R\$ 50,00.

NOVOS ALUNOS

R\$ 50,00

Até o dia 13/05, após a
data R\$ 60,00.

Conheça a equipe de Professores:



Giuliano Menezes
D. Administrativo



Eli Castro
Português



Arnaldo Filho
Português



Lidiane Coutinho
RJU e Ética



Cecília Menezes
Leg. Previdenciária



Leandro Macêdo
Leg. Previdenciária



Malu Aragão
D. Constitucional



Carlos Viana
Informática



Rafael Araújo
Informática



Leonides Mendes
Ética



Thiago Pacífico
RAC. Lógica

CURSO
PRIME

(85) 3208.222 - Rua Maria Tomásia, 22 - Aldeota

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.

- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O governo garante que não faltarão recursos para as obras de infraestrutura. As favelas ocupadas dispunham de cerca de 827 milhões de reais do Programa de Aceleração do

4 Crescimento para obras de saneamento e outras intervenções urbanas. Também foram anunciados a construção de 19 escolas, obras de contenção de encostas e um programa habitacional orçado em 144 milhões de reais, entre outras medidas.

7 A retomada de uma área tão populosa, que até pouco tempo era dominada por criminosos que andavam livremente pelas ruas com fuzis e metralhadoras, animou até mesmo quem faz oposição ao governo. “Não há como não reconhecer que a retomada do controle da Vila Cruzeiro e do Complexo do

10 Alemão foi um marco na história do Rio, porque finalmente libertou uma população acuada pelo tráfico”, afirma o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa; contudo, continua: “precisamos deixar o ufanismo de lado e colocar o pé no chão. O tráfico não acabou. A polícia não prendeu nenhum grande traficante, apenas algumas

13 lideranças que atuavam no varejo. Ninguém sabe quem são os atacadistas. Não houve sinalização de plano de combate ao tráfico de armas, ponto central nessa discussão. Não se consome mais droga no Rio que em São Paulo. A diferença é que aqui o tráfico controla territórios com armamento de guerra. Por isso, aqui o tráfico é mais violento que em qualquer

16 outra capital.”

CartaCapital, 8/12/2010, p. 28 (com adaptações).

1. No trecho “A diferença é que aqui o tráfico controla territórios com armamento de guerra” (l.22-24), a oração introduzida por “que” complementa o sentido do nome “diferença”.
2. Infere-se do texto que a entrada da polícia nas favelas era dispensável, tendo em vista que o governo já havia alocado recursos para a ocupação da área por meio de obras de infraestrutura e de desenvolvimento social.
3. Na linha 5, a substituição de “foram anunciados” por **foi anunciado** manteria a correção gramatical do texto.

1 Uma das constantes aspirações dos homens é a de viver em uma sociedade de iguais. Mas é claro que as desigualdades naturais são muito mais difíceis de vencer que as

4 desigualdades sociais. Por essa razão, aqueles que resistem às reivindicações de maior igualdade são levados a considerar que as desigualdades são, em sua maior parte, naturais e, como tais,

7 invencíveis ou mais dificilmente superáveis. Ao contrário, aqueles que lutam por maior igualdade estão convencidos de que as desigualdades são, em sua maior parte, sociais ou

10 históricas. Pense-se no princípio dos escritores igualitários: Rousseau. No Discurso sobre a Origem da Desigualdade entre os Homens, ele sustenta que a natureza fez os homens iguais e a

13 civilização os tornou desiguais ou, em outras palavras, que as desigualdades entre os homens têm uma origem social e, por isso, o homem, voltando à natureza, pode retornar à igualdade.

16 Experimente-se agora considerar o princípio dos escritores não igualitários: Nietzsche. Para o autor de Além do Bem e do Mal, os homens são, por natureza, desiguais e apenas a sociedade,

19 com sua moral de rebanho, com sua religião baseada na compaixão, é que fez que eles se tornassem iguais. Onde Rousseau vê desigualdades artificiais e, portanto, condenáveis e superáveis, Nietzsche vê desigualdades naturais e, portanto, não condenáveis nem superáveis. Ao passo que em nome da

22 igualdade natural o igualitário condena as desigualdades sociais, em nome da desigualdade natural o não igualitário condena a igualdade social.

25 A diferença entre desigualdade natural e desigualdade social é relevante para o problema do preconceito pela seguinte razão: com frequência, o preconceito nasce da superposição à

28 desigualdade natural de uma desigualdade social que não é reconhecida como tal, sem, portanto, que se reconheça que a

31 desigualdade natural foi agravada pela superposição de uma desigualdade criada pela sociedade e que, ao não ser

34 reconhecida como tal, é considerada ineliminável.

Norberto Bobbio. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002, p. 112-3 (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, relativos às ideias e à estrutura linguística do texto acima.

4. Os vocábulos “espécies”, “difíceis” e “históricas” são acentuados de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.
5. No trecho “com sua moral de rebanho, com sua religião baseada na compaixão” (l.19-20), a vírgula é empregada para separar elementos que exercem a mesma função sintática na oração.
6. Depreende-se do texto que a distinção entre desigualdade natural e desigualdade social está relacionada à capacidade que a natureza humana tem de aceitar as diferenças raciais, sociais e religiosas.
7. Ao citar Rousseau e Nietzsche, o autor emprega, no desenvolvimento do primeiro parágrafo, um recurso próprio do texto dissertativo-argumentativo, que consiste em fundamentar sua ideia por meio de analogia.
8. No trecho “estão convencidos de que as desigualdades são, em sua maior parte, sociais ou históricas” (l.8-10), a omissão da preposição “de” prejudicaria a correção gramatical do período.

1 Assim foi que, reunindo muitos físicos, filósofos,
 bonzos, autoridades e povo, comunicou-lhes que tinha um
 segredo para eliminar o órgão; e esse segredo era nada menos
 4 que substituir o nariz achacado por um nariz são, mas de pura
 natureza metafísica, isto é, inacessível aos sentidos humanos,
 e contudo tão verdadeiro ou ainda mais do que o cortado; cura
 7 esta praticada por ele em várias partes, e muito aceita aos
 físicos de Malabar. O assombro da assembleia foi imenso, e
 não menor a incredulidade de alguns, não digo de todos,
 10 sendo que a maioria não sabia que acreditasse, pois se lhe
 repugnava a metafísica do nariz, cedia, entretanto, à energia
 das palavras de Diogo Meireles, ao tom alto e convencido com
 13 que ele expôs e definiu o seu remédio.

Machado de Assis. *O segredo do bonzo*. In: John Gledson.
 50 contos de Machado de Assis. São Paulo:
 Companhia das Letras, 2007, p. 125 (com adaptações).

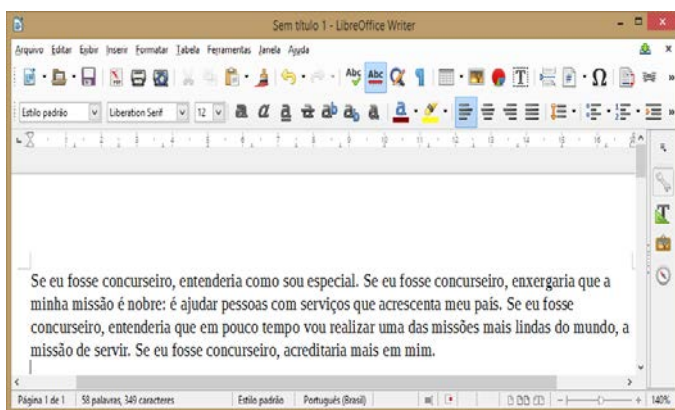
No que se refere aos aspectos gramaticais do texto acima, julgue os itens seguintes.

9. No trecho “pois se lhe repugnava a metafísica do nariz” (ℓ.10-11), a partícula “se” classifica-se como pronome reflexivo.
10. No trecho “sendo que a maioria não sabia que acreditasse” (ℓ.10), a substituição de “sendo que” por **se bem que** manteria a correção gramatical e o sentido do texto.

Considerando as normas e as características da redação oficial, julgue os itens a seguir.

11. Os documentos do padrão ofício devem ser redigidos na fonte do tipo Times New Roman de corpo 12 no texto em geral, 11 nas citações e 10 nas notas de rodapé. Além disso, deve-se empregar espaçamento simples entre as linhas.
12. Em um documento oficial conciso, são eliminados termos desnecessários, o que permite transmitir um máximo de informação com um mínimo de palavras. A concisão, portanto, contribui para a clareza do texto oficial.


13. A ferramenta controle de alterações, que se encontra LibreOffice Write, versão 4, é encontrada no menu editar.




14. Considere todas as configurações padrões e a figura acima que foi retirado do LibreOffice Writer, analisando a figura acima, caso se clica três vezes, com o botão esquerdo do mouse, na palavra “entenderia”, que se encontra na primeira linha do parágrafo, o programa selecionaria o trecho “Se eu fosse concursado, entenderia como sou especial.”



15. Considere a barra lateral à direita da apresentação

feita no LibreOffice Impress 4. O botão  desta barra lateral, permite abrir o Slide Mestre

16. Juliana deseja saber qual velocidade do jaguar, um dos animais mais rápidos da Terra. No entanto, ao fazer essa pesquisa no google, teve com um dos retornos a velocidade do carro Jaguar, a qual não era do seu interesse. Uma forma de refinar a busca é colocar: quero a “velocidade do jaguar” e não quero “carros automóveis motor”
17. A remoção de códigos maliciosos de um computador pode ser feita por meio de um anti-spyware.
18. No *Google Chrome*, browser do Google, algumas ações podem ser feitas por teclas de atalho. A Combinação CTRL + G, possibilita que o usuário pesquise textos na página web que se encontra.
19. Com relação às ferramentas e às funcionalidades do ambiente Windows, julgue o item que se segue.

No Outlook, o recurso  permite enviar e receber mensagens de várias contas do usuário configuradas no sistema, sendo possível também selecionar a opção de baixar apenas mensagens de determinada caixa de correio.

20. Sobre o Windows 10, o recurso Task View permite ao usuário clicar múltiplas áreas de trabalho

Considerando que o símbolo lógico \wedge corresponda à conjunção “e”; \vee , à disjunção “ou”; \veebar , à disjunção excludente “ou...ou...”; \rightarrow , à condicional “se..., então”; \leftrightarrow , à bicondicional “se, e somente se”; Considere que, no argumento apresentado abaixo, as proposições P, Q, R e S sejam as premissas e T, a conclusão.

P: Jornalistas entrevistam celebridades ou políticos.

Q: Se jornalistas entrevistam celebridades, então são irônicos ou sensacionalistas.

R: Ou são irônicos, ou perspicazes.

S: Ou são sensacionalistas, ou sagazes.

T: Se jornalistas são perspicazes e sagazes, então entrevistam políticos.

A respeito dessas proposições, julgue os itens seguintes.

21. Caso sejam falsas as proposições “Jornalistas são perspicazes” e “Jornalistas são sagazes”, então também será falsa a conclusão do argumento.
22. A proposição Q é logicamente equivalente a “Se jornalistas não são sensacionalistas e não são irônicos, então não entrevistam celebridades”.
23. A conclusão do argumento é uma proposição logicamente equivalente a “Jornalistas não são perspicazes ou não são sagazes ou entrevistam políticos”.
24. Considerando que P, Q, R, S sejam as premissas de um argumento cuja conclusão seja “Se jornalistas são perspicazes e sagazes, então entrevistam políticos”, é correto afirmar que esse argumento é válido.
25. De acordo com informações do Censo, a população de determinado município aumentou, entre os anos 2000 e 2010, de 25 mil para 31 mil habitantes. Em 2000, havia, nesse município, 8 mil domicílios residenciais, dos quais 80% dispunham de energia elétrica. Em 2010, seguindo o mesmo crescimento percentual visto na população, menos de 1.900 domicílios residenciais desse município não dispunham de energia elétrica.

Numa pesquisa realizada com 60 pessoas sobre a preferência pelos produtos A e B, constatou-se que:

- o número de pessoas que gostam somente do produto A é o dobro do número de pessoas que não gostam de nenhum dos dois produtos;
- o número de pessoas que gostam somente do produto B é o triplo do número de pessoas que gostam de ambos os produtos;
- o número de pessoas que gostam de pelo menos um dos produtos é 48.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

26. O número de pessoas que gostam do produto B é 20.
27. O número de pessoas que gostam de ambos os produtos é 6.

Acerca de ética no serviço público, julgue os itens a seguir.

28. Um servidor público que tenha seu nome vinculado a qualquer atividade empresarial suspeita pode incorrer em falta ética.
 29. O servidor público deve adotar um comportamento de colaboração com seus colegas quando perceber que, em sua organização, os deveres e os papéis são desempenhados adequadamente e em conformidade com a lei.
 30. O servidor que carregar consigo documentos institucionais sem prévia autorização não poderá sofrer penalidade se for constatado que não havia ninguém responsável por autorizar a retirada dos documentos.
 31. O servidor público que, ao constatar falta ética de seu colega de trabalho, deixe de representar contra a referida pessoa não deverá ser apenado, pois a delação no serviço público tem caráter discricionário.
-
32. A aposentadoria voluntária de servidor ocupante de cargo efetivo deverá ser percebida de forma integral caso ocorra o atendimento dos seguintes requisitos: tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria, 65 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, e 60 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher.
 33. A cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo poderá, no interesse da administração, obter licença remunerada para capacitação, de até três meses.
 34. Laura, que atualmente reside em Petrópolis – RJ, foi nomeada para cargo público de provimento efetivo de técnico judiciário no TRE-RJ, sediado no município do Rio de Janeiro. Nessa situação, Laura tem direito a receber ajuda de custo para mudar-se para o município do Rio de Janeiro, correspondente a quantia equivalente à primeira remuneração a que faria jus.
 35. Um servidor público acumulava, em dois órgãos distintos, os cargos de analista de finanças e analista ambiental, respectivamente. Quando exercia as funções do cargo de analista de finanças, o servidor foi surpreendido com uma notificação de sua chefia imediata, para apresentar opção em um dos cargos que ocupava no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência. Imediatamente, o servidor se dirigiu ao setor de recursos humanos do órgão e fez a sua opção pelo cargo de analista de finanças, tendo, no dia seguinte, solicitado a exoneração do cargo de analista ambiental no outro órgão. Nessa situação, por estar a acumulação ilegal de cargos sujeita à pena disciplinar de demissão, o chefe do servidor que o notificou deverá instaurar processo administrativo disciplinar.
 36. Sempre que um servidor estiver respondendo penal e administrativamente por um mesmo fato disciplinar e houver, na ação penal, absolvição por falta de provas, esta absolvição se estende ao processo administrativo.

37. A historicidade, como característica dos direitos fundamentais, proclama que seu conteúdo se modifica e se desenvolve de acordo com o lugar e o tempo. Por isso, os direitos fundamentais podem surgir e se transformar.
 38. O direito à vida, assim como todos os demais direitos fundamentais, é protegido pela CF de forma não absoluta.
 39. A cláusula de reserva do possível refere-se à possibilidade material de o poder público concretizar direitos sociais e constitui, em regra, uma limitação válida à implementação total desses direitos.
 40. A condenação, em âmbito civil, de cidadão italiano residente no Brasil por período superior a quinze anos ininterruptos impede a aquisição da nacionalidade brasileira.
 41. A aquisição de personalidade jurídica por partido político ocorre no momento do registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
 42. O servidor público tem direito adquirido à manutenção dos critérios legais de fixação do valor da remuneração.
-
43. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira das entidades da administração indireta poderá ser ampliada mediante contrato que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para a entidade, cabendo à lei dispor sobre o prazo de duração do contrato, os controles e critérios de avaliação de desempenho, os direitos, as obrigações e as responsabilidades dos dirigentes e a remuneração do pessoal. Os órgãos da administração direta, por sua vez, estão impedidos de fazer semelhante pactuação em razão de não terem personalidade jurídica própria.
 44. Apesar de a discricionariedade constituir um dos atributos do poder de polícia, em algumas hipóteses, o ato de polícia deve ser vinculado, por não haver margem de escolha à disposição do administrador público, a exemplo do que ocorre na licença.
 45. De acordo com a teoria dos motivos determinantes, os atos administrativos, quando tiverem sua prática motivada, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos. Havendo desconformidade entre os motivos e a realidade, ou quando os motivos forem inexistentes, a administração deve revogar o ato.
 46. Quando se tratar de interesses coletivos, associações representativas têm legitimidade para interpor recurso administrativo.
 47. O Tribunal de Contas é órgão que auxilia o Poder Legislativo no exercício do controle financeiro externo da administração pública. Por ter função de caráter administrativo, suas decisões poderão ser submetidas ao controle judicial.

48. Atualmente, prevalece no direito brasileiro a teoria do risco integral da administração pública, segundo a qual as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
49. Considere a seguinte situação hipotética. Antônio ocupou, de 1.º/1/2001 a 31/12/2006, exclusivamente, o cargo comissionado de diretor de empresa pública, responsável direto por todas as licitações. Em janeiro de 2007, o MP ajuizou ação de improbidade administrativa contra Antônio, por ilegalidade cometida em concorrência realizada no dia 20/2/2002. Nessa situação, em face da prescrição, a ação de improbidade não deve ser conhecida pelo juízo a que couber tal matéria.
50. Tanto a permissão quanto a concessão de serviço público são formas de descentralização da atividade administrativa do Estado e, para tanto, será imprescindível prévio procedimento licitatório, devendo ser adotada a modalidade de tomada de preços ou concorrência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Em cada um dos itens subsequentes, é apresentada uma situação hipotética acerca da prescrição e da decadência no Direito Previdenciário, seguida de uma assertiva a ser julgada.

51. Antônio requereu e teve concedido o benefício de aposentadoria por idade em 10.12.2005, sendo a primeira mensalidade paga em fevereiro de 2006. Em janeiro de 2016, Antônio ingressou com um pedido de revisão do ato de concessão de sua aposentadoria por idade, alegando que o INSS computou a menor o seu tempo de contribuição. Nessa situação, o INSS não poderá revisar o ato de concessão do benefício de Antônio, em razão da ocorrência da decadência do direito de revisá-lo.
52. Artur, segurado contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social, requereu ao INSS, em fevereiro de 2016, a contagem de tempo de contribuição de 1990 a 1995, no qual exerceu atividade remunerada por conta própria e não recolheu as contribuições previdenciárias devidas. Nessa situação, o referido tempo de contribuição poderá ser contado pelo INSS desde que Artur indenize o respectivo período.
53. ALFA, empresa do ramo de tecido, deixou de recolher as contribuições previdenciárias patronais dos anos de 2006 e 2007. Em 2016, a União Federal verificou o não cumprimento da obrigação tributária principal pela empresa ALFA nos referidos anos. Nessa situação, a União Federal não poderá constituir o crédito tributário previdenciário das contribuições previdenciárias patronais de ALFA dos anos de 2006 e 2007.

54. Alexandre, segurado aposentado do Regime Geral de Previdência Social, verificou que o INSS reajustou a menor o seu benefício no ano de 2008, passando, desde então, a receber o benefício com o valor menor do que o devido. Em março de 2016, Alexandre protocolou um requerimento administrativo junto ao INSS para que fosse corrigido o valor do seu benefício. Nessa situação, uma vez reconhecido o erro do INSS, Alexandre terá direito de receber os valores atrasados desde o ano de 2008.
55. André teve concedida uma aposentadoria por tempo de contribuição em janeiro de 2007. Em fevereiro de 2016, o INSS verificou que o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição de André foi concedido irregularmente por erro da Autarquia Previdenciária, já que o tempo de contribuição de André era insuficiente para a concessão do benefício. Nessa situação, o direito de a Previdência Social anular o ato administrativo de concessão da aposentadoria por tempo de contribuição de André já decaiu.

No que concerne ao Regime Geral de Previdência Social na Constituição Federal, julgue os itens a seguir.

56. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
57. É permitida a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, nos termos definidos em lei complementar, nas hipóteses de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência.
58. É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, aos sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.

Acerca da evolução legislativa da seguridade social no Brasil, julgue os itens seguintes.

59. A previdência social brasileira foi inicialmente organizada por empresas e, em seguida, por categorias profissionais de âmbito nacional. Finalmente, em 1966, com a criação do INPS, houve a unificação administrativa da previdência social brasileira.
60. A Constituição Federal de 1946 inovou no cenário legislativo da previdência social brasileira, ao prever, pela primeira vez, o financiamento tríplice da previdência social, a cargo dos trabalhadores, dos empregadores e do Estado.

Em cada um dos itens seguintes, apresenta-se uma situação hipotética referente aos benefícios por incapacidade do Regime Geral de Previdência Social, seguida de uma assertiva a ser julgada.

61. Beatriz, após receber auxílio-doença e aposentadoria por invalidez por quatro anos, foi considerada pela

perícia médica do INSS apta a exercer trabalho diverso do qual habitualmente exercia. Nessa situação, a aposentadoria de Beatriz será mantida, sem prejuízo da volta à atividade, no seu valor integral, durante seis meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade; com redução de cinquenta por cento, no período seguinte de seis meses; com redução de setenta e cinco por cento, também por igual período de seis meses, ao término do qual cessará definitivamente.

- 62.** Bruna, segurada empregada doméstica do Regime Geral de Previdência Social, ficou incapaz para o seu trabalho habitual por mais de trinta dias consecutivos em 01.03.2016, data em que se afastou do trabalho. No dia 20.03.2016, Bruna requereu ao INSS o benefício de auxílio-doença. Nessa situação, o auxílio-doença será devido a Bruna a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, incumbindo ao seu empregador doméstico pagar o seu salário integral durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade.
- 63.** Breno, segurado empregado do Regime Geral, após três meses em gozo de auxílio-doença, teve o benefício cessado em razão da recuperação da capacidade laboral em 15.12.2015, voltando a trabalhar. Em 20.1.2016, Breno teve concedido novo benefício decorrente da mesma doença. Nessa situação, o empregador de Breno fica desobrigado do pagamento relativo aos quinze primeiros dias de afastamento, prorrogando-se o benefício anterior e descontando-se os dias trabalhados.
- 64.** Bianca, após três anos como empregada da empresa BETA, foi despedida sem justa causa em outubro de 2015, não voltando mais a contribuir para o Regime Geral. Em 20.2.2016, Bianca sofreu um grave acidente de trânsito, que a incapacitou para o trabalho, passando a receber auxílio-doença do INSS. Após a consolidação das lesões do acidente de trânsito, a perícia médica do INSS verificou que resultaram sequelas que reduziram a capacidade para o trabalho que Bianca habitualmente exercia na empresa BETA. Nessa situação, por estar desempregada na data do acidente, Bianca não fará jus ao benefício de auxílio-acidente.
- 65.** Brenda começou a trabalhar como empregada doméstica em 10.06.2015. Em 10.2.2016, Brenda sofreu um acidente no percurso da residência para o local de trabalho, ocasionando a sua incapacidade laboral por mais de trinta dias consecutivos. Nessa situação, Brenda não fará jus ao benefício de auxílio-doença acidentário do INSS.

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 66.** Carlos é pensionista inválido do Regime Geral de Previdência Social. Em 10.3.2016, Carlos foi convocado pelo INSS para a realização de perícia médica. Carlos se recusou a submeter-se ao exame médico pericial, por ter mais de cinquenta e cinco anos

de idade. Nessa situação, a recusa de Carlos não tem amparo legal.

- 67.** Caio recebe aposentadoria do Regime Geral de Previdência Social. Nessa situação, Caio poderá autorizar que o pagamento do seu cartão de crédito seja descontado do valor seu benefício, até o limite de trinta e cinco por cento, sendo cinco por cento destinados exclusivamente para amortização de despesas contraídas por meio do referido cartão de crédito.
- 68.** César, segurado empregado do Regime Geral, sofreu um acidente de trabalho no canteiro de obras onde trabalhava, ficando total e definitivamente incapaz para o trabalho, razão pela qual passou a receber do INSS o benefício de aposentadoria por invalidez. A Construtora para a qual César trabalhava não cumpria as normas de segurança e saúde do trabalho. Nessa situação, a Previdência Social não poderá propor ação regressiva contra o empregador de César para reaver as despesas com o pagamento do benefício previdenciário, uma vez que o pagamento da contribuição adicional para financiar as prestações acidentárias exime o empregador de qualquer outra responsabilidade com a Previdência Social.
- 69.** Cristiano, após trabalhar dez anos como empregado para a empresa DELTA, foi despedido sem justa causa. Cristiano recebe pensão por morte de sua esposa. Nessa situação, Cristiano poderá acumular os benefícios de pensão por morte e seguro-desemprego.
- 70.** Cláudio é servidor ocupante de cargo efetivo da União Federal desde 1994. Em 2000, Cláudio passou a exercer o magistério em instituição de ensino superior privada. Nessa situação, Cláudio não poderá computar no Regime Próprio de Previdência Social da União Federal o tempo de contribuição para o Regime Geral.
- 71.** Camila recebe pensão por morte em razão do falecimento do seu marido. Camila foi condenada em primeiro grau de jurisdição pela prática de crime de homicídio doloso contra o instituidor de sua pensão, estando o recurso contra a sentença pendente de julgamento. Nessa situação, Camila perde o direito à pensão por morte desde a prolação da sentença de primeiro grau.
- 72.** Cecília, segurada empregada do Regime Geral, adotou Alice, criança de seis anos de idade. A mãe biológica de Alice recebeu o salário-maternidade quando do seu nascimento. Nessa situação, Cecília não poderá receber o benefício de salário-maternidade pela adoção de Alice.
- 73.** Caroline, segurada contribuinte individual do Regime Geral, tem três filhos menores de dez anos. Nessa situação, Caroline não faz jus ao benefício de salário-família.
- 74.** Catarina, segurada empregada doméstica, sofreu um acidente do trabalho em 10.12.2015, acidente este que a incapacitou para o trabalho por mais de quarenta dias consecutivos. Nessa situação, o empregador doméstico

de Catarina deverá comunicar o acidente do trabalho ao INSS até o dia 7 do mês seguinte.

75. Cristina, aposentada do Regime Geral, voltou a trabalhar como segurada empregada. Nessa situação, não deverá haver incidência de contribuição previdenciária sobre os proventos da aposentadoria de Cristina.

Em cada um dos itens subsequentes, é apresentada uma situação hipotética acerca dos segurados da previdência social, seguida de uma assertiva a ser julgada.

76. Davi, produtor rural em área de um módulo fiscal, participa de sociedade empresária de objeto agrícola, considerada microempresa nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, composta apenas de segurados especiais e sediada no mesmo Município em que eles desenvolvem suas atividades. Nada obstante a participação na sociedade empresária, Davi mantém o exercício da atividade de produtor rural. Nessa situação, a participação de Davi na sociedade empresária não o exclui da categoria de segurado especial.
77. Daniel faz da pesca profissão habitual e principal meio de vida. Daniel utiliza embarcação de médio porte. Nessa situação, Daniel é considerado segurado especial.
78. Diego, estrangeiro, trabalha para a União, no exterior, em organismo oficial brasileiro, não estando amparado pela previdência social do país em que domiciliado. Nessa situação, Diego é segurado empregado do Regime Geral.
79. Dario, servidor ocupante de cargo efetivo da União Federal, foi eleito deputado federal. Nessa situação, Dario não poderá optar entre contribuir para o Regime Geral ou para o Regime Próprio de Previdência Social da União Federal.
80. Douglas, após oito anos de contribuição para o Regime Geral, parou de contribuir em 2010. Em janeiro de 2016, quando contava com quarenta anos de idade, Douglas faleceu em gozo de auxílio-acidente. Nessa situação, os dependentes de Douglas farão jus ao benefício de pensão por morte.
81. Richard, produtor rural em área de dois módulos fiscais, utilizou-se de dois trabalhadores eventuais por sessenta dias no ano civil. Nessa situação, essa contratação de trabalhadores eventuais não descaracteriza Richard como segurado especial.
82. Denis, segurado empregado do Regime Geral há mais de cinco anos, foi despedido sem justa causa em novembro de 2013, deixando de trabalhar desde então, nada obstante tenha registrado o desemprego em órgão do Ministério do Trabalho e Emprego. Em 10.12.2015, Denis sofreu um acidente que o deixou total e definitivamente incapaz para o trabalho. Nessa situação, Denis faz jus ao benefício de aposentadoria por invalidez.

83. Dante trabalha como cuidador de idosos. Dante atende seis idosos de famílias diferentes por semana, de segunda-feira a sábado, um em cada dia da semana. Nessa situação, Dante é segurado obrigatório empregado doméstico do Regime Geral.

Com relação ao custeio do Regime Geral de Previdência Social, julgue os itens a seguir.

84. Eduardo, segurado contribuinte individual não optante pelo plano simplificado de contribuição previdenciária, prestou serviços de informática para Maria, dona-de-casa. Nessa situação, a alíquota da contribuição previdenciária de Eduardo que irá incidir sobre a remuneração paga por Maria pelos serviços prestados por ele será de 20%.
85. Edson, segurado empregado do Regime Geral, passou a receber salário-maternidade em razão da adoção de uma criança. Nessa situação, haverá incidência de contribuição previdenciária sobre o salário-maternidade percebido por Edson.
86. Elias, segurado empregado do Regime Geral, recebeu ajuda de custo da empresa, em seis parcelas, exclusivamente em decorrência de mudança de local de trabalho. Nessa situação, incidirá contribuição previdenciária sobre a ajuda de custo recebida por Elias.
87. Eliane, empregadora doméstica, pagou remuneração no mês de janeiro de 2016 a Elke, sua empregada doméstica, no valor R\$ 2.000,00. Nessa situação, a contribuição previdenciária de Eliane para o Regime Geral será de 12% do salário-de-contribuição de Elke.
88. ZETA, pessoa jurídica, que, relativamente à atividade rural, se dedica apenas ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria-prima para industrialização própria mediante a utilização de processo industrial que transforma a madeira em pasta celulósica. Nessa situação, ZETA irá contribuir para a previdência social, em substituição à contribuição patronal sobre a folha de salários, sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização da produção.
89. Emília trabalha como segurada empregada para duas empresas, cuja soma das remunerações ultrapassa o teto do Regime Geral. Nessa situação, a alíquota de contribuição de Emília para o Regime Geral nas duas empresas será de 11%.
90. Ézio, segurado empregado do Regime Geral, passou a receber auxílio-doença do INSS. A empresa em que Ézio trabalha lhe paga uma complementação ao valor do auxílio-doença, sendo tal complementação paga somente aos empregados do setor de vendas da empresa. Nessa situação, não incidirá contribuição sobre a complementação ao valor do auxílio-doença paga pela empresa a Ézio.

Julgue a assertiva que se segue a cada uma das situações hipotéticas referentes às aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social.

- 91.** Fernanda, segurada especial do Regime Geral, completou 30 anos de tempo de serviço rural em 2016. Nessa situação, Fernanda faz jus ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, desde que comprove o efetivo exercício da atividade rural por trinta anos, ainda que de forma descontínua.
- 92.** Fabricia, segurada empregada doméstica, parou de contribuir em 2008 para o Regime Geral, quando já contava com mais de 18 anos de contribuição. Em março de 2016, Fabricia completou 60 anos de idade. Nessa situação, Fabricia não terá direito ao benefício de aposentadoria por idade em razão da perda da qualidade de segurado.
- 93.** Fátima, segurada empregada do Regime Geral, recebe adicional de insalubridade há mais de 25 anos da empresa em que trabalha. Nessa situação, a percepção do referido adicional de insalubridade, por si só, não garante a Fátima o direito ao benefício de aposentadoria especial.
- 94.** Flávia, professora do ensino médio, trabalhou durante 20 anos em sala de aula. Nos últimos cinco anos, Flávia passou a exercer a função de diretora da unidade escolar. Nessa situação, Flávia não faz jus à aposentadoria por tempo de contribuição como professora.
- 95.** Firmino, segurado em gozo de aposentadoria por invalidez, voltou a exercer atividade remunerada. Nessa situação, Firmino poderá ter o benefício cancelado a partir do retorno à atividade e, caso a atividade exercida seja diversa daquela que gerou o benefício, deverá ser verificada a incapacidade para cada uma das atividades exercidas.
- 96.** Franciele contribuiu para o Regime Geral durante dezesseis anos como deficiente. Em janeiro de 2016, quando completou cinquenta e cinco anos de idade, Franciele requereu o benefício de aposentadoria por idade ao INSS. Nessa situação, Franciele faz jus ao benefício de aposentadoria por idade.
- 97.** Fúlvio, segurado especial, é domiciliado em Vila Velha. Ao completar a idade mínima para se aposentar, Fúlvio foi ao INSS requerer o benefício de aposentadoria por idade, tendo a Autarquia Previdenciária indeferido o benefício pela ausência de provas do exercício da atividade rural. Nessa situação, sabedor de que Vila Velha não é sede de Justiça Federal, Fúlvio poderá ingressar com ação judicial em face do INSS na Justiça Estadual da Comarca onde é domiciliado, para ver reconhecido o seu direito ao benefício previdenciário.

Em cada um dos itens subsequentes, é apresentada uma situação hipotética que trata de salário-maternidade e salário-família, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 98.** Guilhermina, segurada empregada do Regime Geral, sofreu um aborto não criminoso no primeiro mês de gravidez, comprovado mediante atestado médico. Nessa situação, Guilhermina fará jus ao benefício de salário-maternidade por quatro semanas.

- 99.** Gabriela, segurada empregada do Regime Geral, adotou uma criança de dois anos de idade em janeiro de 2016. Nessa situação, caberá à empresa em que Gabriela trabalha o pagamento do salário-maternidade.
- 100.** Gustavo e Gertrudes, casados entre si, trabalham como segurados empregados na mesma empresa, cada um recebendo um salário mínimo de remuneração mensal. O casal tem um filho de três anos de idade. Nessa situação, o benefício de salário-família será pago apenas a um membro do casal.
- 101.** Garrido, segurado empregado, está em gozo do benefício de salário-família. Garrido foi dispensado sem justa causa pelo seu empregador em março de 2016. Nessa situação, Garrido irá receber o salário-família durante todo o período de graça.
- 102.** Gerusa, segurada empregada do Regime Geral, está grávida de oito meses. Nessa situação, o início do benefício de salário-maternidade de Gerusa pode ocorrer no período entre trinta e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste.
- 103.** Garrincha, segurado empregado doméstico do Regime Geral, com remuneração mensal de um salário-mínimo, tem dois filhos menores de dez anos. Nessa situação, ainda que não comprove a regularidade da vacinação obrigatória e da frequência escolar dos seus filhos, Garrincha fará jus a duas cotas de salário-família.

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética relacionada à aos dependentes do Regime Geral e aos benefícios a eles devidos, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 104.** Geraldo, segurado empregado do Regime Geral, vive em união estável com Geísa desde dezembro de 2014. Em fevereiro de 2016, Geraldo faleceu em razão de um acidente de trânsito. Nessa situação, Geísa irá receber o benefício de pensão por morte por quatro meses.
- 105.** Gomes, segurado empregado do Regime Geral, faleceu em 01.01.2016. Morgana, sua mãe, requereu ao INSS o benefício de pensão por morte do seu filho em 20.01.2016, tendo o INSS concedido o benefício desde a data do óbito de Gomes. Marina, esposa de Gomes, requereu o benefício de pensão por morte de seu esposo em 03.03.2016. Nessa situação, o INSS deverá cessar o benefício de pensão por morte de Morgana e conceder o benefício de pensão por morte a Marina, com efeitos financeiros a contar de 03.03.2016.
- 106.** Gonçalves, segurado empregado do Regime Geral desde 2010, ausentou-se de seu domicílio sem deixar notícias em março de 2015. Após oito meses sem ter notícias de Gonçalves, foi declarada judicialmente a sua ausência. Nessa situação, os dependentes de Gonçalves fazem jus à pensão por sua morte presumida desde a data de sua ausência.
- 107.** Lucas, segurado empregado do Regime Geral de Previdência Social, faleceu em 10.12.2015, deixando como única dependente Letícia, menor que vivia sob a

sua tutela e que, em vida, Lucas havia equiparado a filha por declaração firmada em Cartório. Nessa situação, Letícia terá direito à pensão por morte de Lucas, desde que comprovada a sua dependência econômica em relação a ele e a ausência de bens suficientes para o próprio sustento e educação.

- 108.** Leonardo, segurado empregado doméstico do Regime Geral, faleceu em 10.1.2016. Leonardo era separado judicialmente de Mirtes e vivia em união estável com Mirian. Por acordo judicial, Leonardo pagava pensão alimentícia a Mirtes, no valor de trinta por cento dos proventos de sua aposentadoria. Nessa situação, o valor da pensão por morte deixada por Leonardo será rateado em partes iguais entre Mirtes e Mirian, seus únicos dependentes previdenciários.
- 109.** Luiz sempre exerceu atividade remunerada por conta própria, sem nunca ter contribuído para a previdência social. Em 10.2.2016, Luiz faleceu de um ataque cardíaco. Nessa situação, é incabível a regularização do recolhimento das contribuições previdenciárias de Luiz posteriormente a seu óbito para fins de concessão de pensão por morte.
- 110.** Lorenzo, segurado empregado do Regime Geral desde 2010, faleceu em janeiro de 2016. Lorenzo era solteiro e tinha apenas um filho de 22 anos de idade na data do seu óbito, que cursava Medicina em faculdade particular. Nessa situação, o filho de Lorenzo fará jus à pensão por morte de seu pai até completar 24 anos.
- 111.** Luiz Carlos, segurado empregado do Regime Geral, foi preso em 30.12.2015. Na data da reclusão, Luiz Carlos recebia remuneração superior ao teto do Regime Geral. Luiz Carlos tem como única dependente, Luísa, sua esposa que é dona-de-casa. Nessa situação, Luísa, por não ter renda, faz jus ao benefício de auxílio-reclusão do seu marido.

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética acerca das prestações previdenciárias do Regime Geral de Previdência Social, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 112.** Rafael, após exercer por 32 anos efetivos e exclusivos o magistério no ensino médio, requereu ao INSS o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em 10.3.2016, quando contava com cinquenta e oito anos de idade. Nessa situação, a aplicação do fator previdenciário no cálculo do salário-de-benefício da aposentadoria de Rafael será facultativa.
- 113.** Rodrigo, segurado empregado do Regime Geral, teve concedido pelo INSS o benefício de salário-maternidade em fevereiro de 2016, em razão da adoção de uma criança. A remuneração mensal de Rodrigo no mês de fevereiro foi de R\$ 15.000,00. Nessa situação, o salário-maternidade de Rodrigo estará limitado ao teto do Regime Geral.
- 114.** Ricardo, segurado especial do Regime Geral, contribui facultativamente para a previdência social desde 2010. Em dezembro de 2015, Ricardo ficou incapaz para o seu trabalho habitual por mais de trinta dias

consecutivos. Nessa situação, garantido o valor mínimo de um salário mínimo, o auxílio-doença de Ricardo não poderá exceder a média aritmética simples dos últimos doze salários-de-contribuição, ou, se não alcançado o número de doze, a média aritmética simples dos salários-de-contribuição existentes.

- 115.** Renato, segurado empregado do Regime Geral, adquiriu o direito à aposentadoria especial em fevereiro de 2016. Renato recebe o benefício de auxílio-acidente. Nessa situação, ao ser concedido o benefício de aposentadoria especial, o benefício de auxílio-acidente de Renato será cessado, sendo o valor do auxílio-acidente de Renato somado ao valor da sua aposentadoria especial.
- 116.** Renan, segurado empregado do Regime Geral de Previdência Social, adquiriu o direito à aposentadoria por idade em março de 2016, após dezoito anos de contribuição para o Regime Geral. Nessa situação, a renda mensal inicial da aposentadoria por idade de Renan corresponde a 78% do salário-de-benefício.
- 117.** Roberto, após vinte meses de contribuição para o Regime Geral, ficou incapaz para o seu trabalho habitual por mais de sessenta dias consecutivos, passando a receber o benefício de auxílio-doença do INSS. Nessa situação, caso adote uma criança enquanto estiver em gozo do auxílio-doença, Roberto poderá acumular os benefícios de auxílio-doença e salário-maternidade.
- 118.** Reinaldo, segurado empregado do Regime Geral, completou setenta anos de idade em janeiro de 2016, após mais de dezessete anos de contribuição para o Regime Geral. Nessa situação, a empresa empregadora de Reinaldo pode requerer a sua aposentadoria por idade, sendo compulsória, caso em que será garantida a Reinaldo a indenização prevista na legislação trabalhista, considerada como data da rescisão do contrato de trabalho a imediatamente anterior à do início da aposentadoria.
- 119.** Rivelino trabalhou de 1960 a 1965, como empregado, em uma empresa no Estado do Amazonas, empresa esta que foi devastada por uma inundação em 1970. Rivelino não tem qualquer registro documental do seu trabalho nesse período, já que toda a sua documentação foi perdida na inundação, e a empresa, desativada desde a catástrofe, não mais existe. Nessa situação, a lei previdenciária não admite a comprovação do tempo de serviço de Rivelino, no período de 1960 a 1965, por meio de prova exclusivamente testemunhal.
- 120.** Rita recebe aposentadoria por invalidez do Regime Geral, estando atualmente com sessenta e dois anos de idade. Nessa situação, Rita poderá solicitar a realização de exame médico pericial para verificar a necessidade de assistência permanente de outra pessoa para a concessão do acréscimo de vinte e cinco por cento sobre o valor do benefício,

CONHECIMENTOS BÁSICOS

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
E	E	E	E	C	E	E	C	E	E
Português									

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	C	C	C	E	E	C	C	C	anulada
Português		Informática							

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
E	C	C	C	E	E	C	C	C	E
Raciocínio Lógico							Ética		

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
E	E	C	E	E	E	C	C	C	E
Ética		Regime Jurídico Único				Direito Constitucional			

41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
E	E	E	C	E	C	C	E	E	E
Dir. Const.		Direito Administrativo							

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO PREVIDENCIÁRIO													
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64
E	C	C	E	E	C	C	anulada	C	E	C	E	C	E
65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78
E	C	C	E	C	C	E	E	C	E	C	C	E	E
79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92
C	C	C	C	E	C	C	C	E	E	anulada	E	E	E
93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106
C	E	E	C	C	E	E	E	E	E	C	E	C	E
107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
C	C	C	E	E	C	E	C	E	E	E	C	E	C